

Proposta de prorrogação do Regulamento de isenção por categoria no setor dos veículos automóveis e de atualizações das orientações complementares

Nota explicativa

1. INTRODUÇÃO

Em julho de 2022, a Comissão publicou, para informação do público, um projeto de regulamento que prorroga o período de vigência do Regulamento (CE) n.º 461/2010 («RIC no setor dos veículos automóveis»)¹, juntamente com um projeto de comunicação que altera a Comunicação da Comissão relativa às orientações complementares². Estes dois projetos refletem as alterações que a Comissão propõe aplicar na sequência da sua avaliação do regime do RIC no setor dos veículos automóveis³, cujas conclusões constam do relatório de avaliação⁴, juntamente com o documento de trabalho dos serviços da Comissão⁵, ambos publicados em 28 de maio de 2021.

O RIC no setor dos veículos automóveis isenta da aplicação do artigo 101.º, n.º 1, do Tratado, sob reserva de determinadas limitações, os acordos verticais relativos às condições em que as partes podem adquirir, vender ou revender peças sobresselentes ou prestar serviços de reparação e manutenção de veículos automóveis. As orientações complementares definiram princípios para a apreciação, nos termos do artigo 101.º do Tratado, de questões específicas suscitadas no âmbito desses acordos.

De um modo geral, a avaliação, concluída em 28 de maio de 2021, revelou que o regime do RIC no setor dos veículos automóveis tinha sido útil e continuava a ser pertinente para as partes interessadas. A avaliação demonstrou igualmente que, embora fosse provável que o mercado dos veículos automóveis evoluísse nos próximos anos, não se verificaram, na última década, desenvolvimentos significativos que justificassem uma revisão importante do regime do RIC no setor dos veículos automóveis. A avaliação revelou, no entanto, que era necessária uma atualização para refletir a importância que o acesso aos dados gerados pelos veículos poderia ter enquanto fator de concorrência.

À luz destas conclusões, a Comissão propõe: i) prorrogar a vigência do RIC no setor dos veículos automóveis por um período de cinco anos (ou seja, até 31 de maio de 2028); e ii) introduzir pequenas atualizações específicas nas orientações complementares.

¹ Regulamento (UE) n.º 461/2010 da Comissão, de 27 de maio de 2010, relativo à aplicação do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a certas categorias de acordos verticais e práticas concertadas no setor dos veículos automóveis (JO L 129 de 28.5.2010, p. 52).

² Comunicação da Comissão «Orientações complementares relativas às restrições verticais nos acordos de venda e reparação de veículos a motor e de distribuição de peças sobresselentes para veículos a motor» (JO C 138 de 28.5.2010, p. 16).

³ O regime do RIC no setor dos veículos automóveis consiste no seguinte: i) o Regulamento de Isenção por Categoria Vertical («RIC Vertical») e as Orientações relativas às restrições verticais («orientações verticais»); e ii) as disposições de isenção por categoria específicas do setor, previstas no RIC no setor dos veículos automóveis e nas orientações complementares, aplicáveis à distribuição de peças sobresselentes e aos serviços de reparação e manutenção de veículos automóveis.

⁴ COM(2021) 264 final.

⁵ SWD(2021) 112 final.

2. O PROJETO DE REGRAS PROPOSTO

a. Projeto de regulamento que prorroga a vigência do RIC no setor dos veículos automóveis

A avaliação revelou que, embora o ambiente concorrencial nos mercados dos veículos a motor não se tenha alterado significativamente desde 2010, o setor encontrava-se agora sob pressão para se adaptar: i) à evolução tecnológica, incluindo a importância crescente dos dados gerados pelos veículos; ii) à pressão constante para reduzir as emissões e para realizar transição para combustíveis e grupos motopropulsores mais respeitadores do ambiente; e iii) às alterações nos padrões de mobilidade. A avaliação concluiu que, consequentemente, algumas partes do setor evoluiriam rapidamente nos próximos anos, o que teria um impacto (ainda não quantificável) nas condições de concorrência. Espera-se que, entre 2025 e 2030, algumas das alterações que apenas estão a surgir agora se tenham concretizado numa maior medida.

Neste contexto, a Comissão propõe a prorrogação do atual RIC no setor dos veículos automóveis por um período de cinco anos, o que permitirá a consolidação de algumas das alterações atualmente emergentes e colocará a Comissão em melhor posição para reavaliar a situação à luz da nova realidade do mercado.

Por conseguinte, a Comissão propõe um projeto de regulamento da Comissão que altera o RIC no setor dos veículos automóveis no que diz respeito ao seu âmbito de aplicação temporal, nomeadamente, para prorrogar a sua validade até 31 de maio de 2028. Paralelamente, a Comissão propõe a introdução de uma obrigação renovada de acompanhar o RIC no setor dos veículos automóveis e de o avaliar antes do seu termo, em conformidade com as Orientações para Legislar Melhor⁶.

Não são propostas outras alterações do regulamento em vigor.

b. Projeto de comunicação que altera as orientações complementares

Atualmente, embora as orientações complementares abordem em pormenor os princípios da concorrência aplicáveis nos termos do artigo 101.º do Tratado e outros elementos essenciais para a reparação de veículos, tais como as ferramentas, a formação e as informações técnicas, não se referem explicitamente aos dados gerados pelos veículos.

Uma vez que a avaliação revelou que era necessária uma atualização para refletir a importância que o acesso aos dados gerados pelos veículos poderia ter como fator de concorrência, o projeto de comunicação alarga os princípios já em vigor para o fornecimento de informações técnicas, de ferramentas e de formação, de modo a abranger explicitamente os dados gerados pelos veículos que são necessários para a prestação de serviços de reparação e manutenção. Estas alterações proporcionarão clareza às empresas quanto à forma como a Comissão encara as questões relacionadas com o acesso aos dados gerados pelos veículos aquando da avaliação dos acordos verticais entre os fabricantes de veículos e as suas redes autorizadas nos termos do artigo 101.º do Tratado. Estas alterações são implementadas através das alterações propostas aos pontos 60 a 68 das atuais orientações complementares.

Além do que precede, o projeto de comunicação introduz atualizações das referências jurídicas incluídas nas orientações complementares, nomeadamente através: i) da atualização das referências cruzadas ao RIC Vertical e às orientações verticais com as referências

⁶ Ver capítulo III das [Better Regulation Guidelines](#) e [Tool #44](#) da *Better Regulation toolbox* 2021.

adequadas aos novos textos que os substituirão; ii) do alinhamento do conteúdo de determinados pontos das orientações complementares com as disposições dos novos RIC Vertical e orientações verticais; e iii) da atualização das referências cruzadas à legislação da DG GROW que foi substituída por novos textos ou revogada. Estas atualizações garantirão a coerência entre os instrumentos políticos pertinentes e ajudarão as partes interessadas a aplicar as orientações complementares.